

Fernando Molica

Michelle ressuscitou o cercadinho

Ao compartilhar um vídeo baseado em uma calúnia — a de que repórteres desejariam abertamente a morte de Jair Bolsonaro —, Michelle Bolsonaro prestou um favor à memória nacional: lembrou o grau de irresponsabilidade, insensatez e de mentira que vigorava no país durante o mandato do seu marido.

Com seu gesto, ela, que tem mais de oito milhões de seguidores no Instagram, deflagrou um processo de ameaças e ofensas aos jornalistas que foram de uma militante bolsonarista que os abordara diante do hospital onde o ex-presidente está internado. Pelo menos dois dos repórteres formalizaram queixa à polícia.

Ao repostar o vídeo, Michelle ajudou a recuperar o ambiente de terror que Bolsonaro, aliados e seguidores haviam implantado no país com base em fake news, deturpação de fatos e de estímulo a agressões físicas e morais a jornalistas.

A história do vídeo só faz sentido na cabeça dos que levaram para a política a lógica do fanatismo irracional, de viés religioso, movido pela crença, não pelos fatos. O material é falso a partir da legenda que o apresenta: “Jornalistas reunidos desejando a morte de Bolsonaro e comemorando por ser sexta-feira 13”. Nas imagens, uma mulher vai ao encontro dos repórteres e grita na direção deles: “Vocês estão discutindo aí se o Bolsonaro morrer?”.

Ela não fala que os profissionais estariam desejando a morte, mas discutindo esta possibilidade: se fizeram isso, agiram como filhos, advogados e aliados do ex-presidente que há meses alegam que ele poderá não resistir à prisão.

Na própria sexta-feira, quando a bolsonarista

investiu na direção dos repórteres, os médicos responsáveis por Bolsonaro disseram que a situação do paciente era “muito grave”. Um deles, Cláudio Birolini, falou em “evento potencialmente mortal”.

Em tese, os médicos que cuidam do ex-presidente poderiam ter sido alvo da mulher que provocou os jornalistas: é até razoável admitir que eles, como qualquer outro brasileiro, tenham especulado sobre o risco de Bolsonaro morrer. A própria autora do vídeo deve pensado nessa possibilidade, caso contrário, não teria largado seus afazeres para ficar de plantão diante do hospital.

No vídeo, nem ela diz que os jornalistas estariam “desejando” a morte do ex-presidente: isso foi escrito por quem editou o material. Mas, vale frisar, não é crime desejar a morte de alguém, por mais cruel e revoltante que isso seja, ainda mais quando feito em público.

Em 2015, Bolsonaro agiu dessa forma ao, numa entrevista, dizer esperar que a então presidente Dilma Rousseff morresse “infartada ou com câncer, ou de qualquer maneira”. Seis anos antes, ela tratara um câncer.

Ele foi grosseiro e desrespeitoso, mas não cometeu crime — não há nada que indique que ele tenha tentado transformar seu desejo em ato (diferentemente do coronel Brilhante Ustra, uma de suas referências militares, que comandou a tortura daquela que chegaria ao Planalto).

Michelle, ao cometer a irresponsabilidade de divulgar o vídeo, mostrou, mais vez, como agem os que pregam o ódio e a desinformação. Recuperou episódios marcantes de ofensas ditas por seu marido e seguidores no cercadinho do Alvorada.

Tales Faria

Dino mira juízes e militares

“Nós podemos ser considerados indignos, proibidos de usar o fardamento de nossa Arma, e perdemos a pensão. Mas os juízes, não. Eles apenas são aposentados. Não precisam mais trabalhar e continuam recebendo seus salários.”

Quase todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já ouviram um argumento assim apresentado por algum militar de alta patente.

Esse argumento se tornou ainda mais comum nas casernas agora com o início do julgamento, ainda neste ano pelo Superior Tribunal Militar (STM), da perda de patente dos militares condenados pela tentativa de golpe de Estado que culminou na invasão das sedes dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

Nos bastidores, generais de conservadora começaram a se mover para evitar perdas de patentes dos companheiros de farda e patente, especialmente de dois deles, Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa. Usam como argumento que foram condenados por uma corte civil que está com sua legitimidade questionada a partir do envolvimento de ministros do STF com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Dino se aliou ao presidente do STF, Edson Fachin, na tentativa de retomar a boa imagem da Justiça como um todo. Fachin ataca pela questão ética e a necessidade de autocontenção dos juízes em todos os níveis, inclusive no STF. Dino atua sobre questões administrativas que têm atingido a fundo a credibilidade da Justiça, especialmente pagamentos de supersalários e penduricalhos.

Em fevereiro ele determinou a suspensão do pagamento de verbas indenizatórias que extrapo-

lem o teto constitucional de remuneração no Judiciário, Executivo e Legislativo. Trata-se da base para os tais penduricalhos. Estabeleceu prazo de 60 dias para que os Três Poderes revisassem e interrompessem repasses de benefícios sem amparo legal. Mas os tribunais encontraram formas de driblá-lo e continuar ultrapassando o limite remuneratório fixado pela Constituição.

Agora, nesta segunda-feira, 16, o ministro decidiu que a aposentadoria compulsória não pode mais ser aplicada como punição disciplinar a magistrados. Ele determinou que infrações graves cometidas por juízes devem resultar na perda do cargo. A decisão foi tomada no julgamento de uma ação apresentada em 2024 por um juiz afastado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que recorreu das punições disciplinares impostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O juiz atuava em Mangaratiba (RJ) e recebeu, entre outras “punições”, duas aposentadorias compulsórias motivadas por irregularidades como morosidade processual deliberada, liberação de bens bloqueados sem manifestação do Ministério Público e decisões que beneficiariam policiais militares.

Dino não estava tanto de olho nesse caso específico. Ele mirava a repercussão sobre todo o Judiciário. Mais ainda: usou este caso para dar uma resposta aos militares que reclamavam de não haver punição real aos juízes — apenas aposentadoria (descanso) compulsório e remunerado — enquanto os militares seriam jogados aos leões.

Se seus colegas de toga não desmontarem essa estratégia, Dino terá conseguido dar um grande passo na moralização do país. De quebra abafou contestações à condenação dos generais.

Márcio Coimbra*

Eixo Pequim-Teerã: Queda iraniana expõe fragilidade da parceria com a China

A morte de Ali Khamenei, fruto de uma operação de precisão entre EUA e Israel, não é apenas uma decapitação política, é o ponto de inflexão de uma arquitetura geopolítica que vinha sendo desmontada pelo Ocidente nos últimos 13 meses. O que se observa é o colapso de uma relação promíscua que serviu como motor de desestabilização da ordem liberal: a aliança entre China e Irã.

A parceria entre Pequim e Teerã nunca foi ideológica — o ateísmo de Estado do PCCh e o fervor dos Aiato-lás habitam lados opostos. Tratou-se de conveniência: a China garantiu energia barata de um fornecedor desesperado, enquanto o Irã obteve um “pulmão financeiro” para sustentar seu expansionismo. O acordo entre ambos, assinado em 2021, simbolizou esse ápice. Pequim acessou 1,5 milhão de barris diários via uma “frota fantasma” (bandeiras do Panamá e Palau) e sistemas de pagamento em yuan fora do alcance do sistema SWIFT, financiando tanto a repressão interna quanto redes de terrorismo regional.

Diante deste cenário, iniciou-se um cerco energético e um desmonte geoeconômico. Enquanto a diplomacia ocupava as manchetes, uma estratégia de atrito era implementada. Os EUA tornaram-se o colchão de segurança energética global, atingindo a marca recorde de 13,6 milhões de barris por dia, superando Rússia e Arábia Saudita. Esse excedente permitiu absorver a remoção do petróleo iraniano sem choques.

A captura de Maduro interrompeu o envio de até 900 mil barris diários subsidiados para a China. Com os EUA assumindo a PDVSA e ajustando preços, a vantagem competitiva chinesa evaporou. Além disso, o OFAC sancionou mais de 180 navios da frota fantasma, bloqueando 60% do suprimento das refinarias “teapot” de Shandong.

A morte de Khamenei

ocorreu sob debilidade militar absoluta. Em junho de 2025, a Operação Midnight Hammer — com bombardeiros B-2 Spirit atingindo Fordow, Natanz e Isfahan — atrasou o programa nuclear em dois anos e provou que a China não ofereceria proteção real. O silêncio de Pequim diante do ataque foi um recado amargo para outros aliados de Xi Jinping.

Para além disso, internamente, o Irã é um Estado falido. O Rial perdeu 84% de seu valor em 2025 e a inflação de alimentos superou 70%. O colapso do Banco Ayandeh expôs os esquemas Ponzi da Guarda Revolucionária (IRGC), cujas elites agora movem fortunas para Dubai enquanto a população clama pelo fim da teocracia.

Pós-Khamenei, o Irã pode tender a uma vassalagem de sobrevivência sob domínio do IRGC, dependente da vigilância chinesa para evitar o colapso total. Contudo, há uma alternativa na mesa: as lideranças militares podem buscar um acordo pragmático com Washington — nos moldes da distensão promovida por Delcy Rodriguez na Venezuela — para preservar seu poder e recursos, isolando a influência clerical em Qom.

A aliança sino-iraniana revelou-se um eixo unido pela necessidade, não por valores. O fim da era Khamenei encerra o fôlego do sonho de hegemonia alternativa de Pequim, provando que a resiliência econômica e militar do Ocidente foi fatalmente subestimada.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**